

Andrei Meireles

O Governo é o PMDB que está travando, publicamente, uma queda de braço em relação à liberação ou não do saque da caderneta de poupança em parcelas trimestrais a partir de julho. O PMDB quer um acordo e está disposto a vincular o acesso ao saque apenas a quem tiver um patrimônio pessoal inferior a Cr\$ 2 milhões para obter o sinal verde do Governo. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, tem-se recusado até o momento a aceitar qualquer tipo de acordo, mas os partidos governistas estão mais receptivos desde que o limite de saque não seja alto. Na madrugada de hoje, a direção do PMDB e os relatores ainda estavam reunidos, discutindo as diversas propostas de limite de saque para a poupança. Hoje de manhã, as lideranças de todos os partidos iniciam formalmente, as negociações sobre a poupança e as outras questões consideradas polêmicas.

O PMDB apresentará na reunião um conjunto de propostas em relação à poupança e a outros ativos financeiros. Dentre elas, a extensão ao fundo de curto prazo, a partir de julho,

da alternativa de retirada em cruzeiros de Cr\$.25 mil e não apenas, como definiu a medida provisória, de 20% da aplicação. Está certo, também, com o aval do Governo, a criação de uma caderneta de poupança na qual cada cruzeiro depositado significará a liberação de um cruzado congelado, mas que só poderá ser retirado a partir de 15 de novembro.

Diversas alternativas para os recursos retidos em todas as aplicações serão propostas hoje pelo PMDB. Definindo a construção civil e as indústrias de bens de capital como prioritárias — a primeira por seu caráter social e a segunda por sua função estratégica no desenvolvimento industrial

do País — o parecer do relator Osmundo Rebouças prevê a liberação de recursos para a construção de habitações e para a compra de ações em função de novos investimentos das empresas de máquinas e equipamentos.

O PMDB quer também estipular saques mensais em valores baixos para desempregados e viúvas sem outra fonte de renda além da caderneta de poupança. Segundo Osmundo Rebouças, com o conjunto de alternativas propostas só quem tiver interesse em aguardar o congelamento de 18 meses estabelecido pelo Governo não terá até lá liberado os recursos retidos no Banco Central.

Ministra adverte

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, fez uma clara advertência ao Congresso, ontem, ao afirmar que qualquer mudança nos saques da caderneta de poupança será extremamente maléfica ao plano de estabilização econômica. Zélia foi enfática, ao garantir que não há possibilidade de se aumentar o limite de saques da poupança.

"Evidentemente que o Congresso pode fazer mudanças. Mas a sociedade e os congressistas precisam saber que isso estará trazendo prejuízos para a consistência do plano", ressaltou a ministra. Os próprios congressistas estão se convencendo, segundo ela, da impossibilidade de mudanças nesse ponto do plano.